

A EVOLUÇÃO DOS BALANÇOS SOCIAIS PUBLICADOS PELO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-SC ENTRE 2001 E 2011

THE SOCIAL BALANCE EVOLUTION ISSUED BY THE REGIONAL COUNCIL OF ACCOUNTING-SC BETWEEN 2001 AND 2011

Vanessa Aparecida Peixe¹
Tamilly Roedel²
Irani Rocha³

RESUMO: O impacto das mudanças ocorridas no mundo nos últimos tempos fez que a sociedade ficasse mais consciente sobre a importância da responsabilidade social. Dessa forma, as empresas se viram obrigadas a cumprir com a exigência da sociedade, e aderir práticas mais sustentáveis. Com essa nova visão empresarial houve a necessidade de criar relatórios que trouxessem as informações de caráter social praticadas pelas empresas. Dentre esses relatórios, que surgiram para satisfazer a necessidade das empresas, surgiu o balanço social. Esse relatório serve como instrumento de gestão, e visa evidenciar as informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais desempenhadas pelas empresas que o utiliza. Existem vários modelos de Balanço Social, e no Brasil, o que mais se destaca é o modelo IBASE. O Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRC-SC), que integra o sistema CFC/CRCs no Brasil trabalha para a valorização do profissional contábil, e tem se destacado na área social. Foi o pioneiro dentro do sistema CFC/CRCs a publicar seu balanço social em 2001, e desde então publica anualmente o demonstrativo do exercício anterior. Este trabalho visa analisar e reportar as variações ocorridas nos balanços sociais do CRC-SC desde a sua primeira publicação em 2001 até 2012. Foram usados métodos estatísticos que visavam relacionar as principais mudanças, entre os períodos analisados. Assim sendo, observou-se que de maneira geral, a estrutura do balanço teve poucas variações, mas algumas influenciaram muito nos resultados do período, e conclui-se que o crescimento do CRC-SC foi a maior influência, nos resultados de cada período.

PALAVRAS-CHAVE: Balanço Social. Responsabilidade Social. Conselho Regional de Contabilidade.

ABSTRACT: *The impact of changes in the world in recent times made society more aware of the importance of corporate social responsibility. Thus, the companies found themselves obliged to comply with the requirement of society and join more sustainable practices. With this new corporate vision there was the need to create reports to bring the social character of information by companies. Among these reports, which have emerged to satisfy the need of companies, appeared the social balance. This report serves as a management tool, and aims to highlight accounting information, economic, environmental and social performed by the companies that use it. There are various models of Social balance, and in Brazil, what stands out is the IBASE model. The Regional Accounting Council of Santa Catarina (CRC-SC), which integrates the CFC-CRCs system in Brazil works for the enhancement of the Accounting Professional, and has excelled in the social area. Pioneered within the CFC-CRCs system to publish its social balance in 2001, and since then annually publishes the statement of the previous year. This work aims to analyze and report the changes occurred in the social balance sheet of CRC-SC since its first publication in 2001 until 2012. Statistical methods were used to relate the main changes between the periods examined. Thus, it was observed that in general, the structure of the balance sheet had a few variations, but some have influenced*

1 Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis (UNIFEBE). E-mail: vanessapeixe.nt@outlook.com

2 Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental (UNIVALI). E-mail: tamilly.roedel@unifebe.edu.br

3 Mestre em Ciências Contábeis (FURB). E-mail: iranirch@gmail.com.br

greatly in results of the period, and concluded that the growth of CRC-SC was the biggest influence on the results of each period.

KEYWORDS: *Social. Social Responsibility. Regional Accounting Council.*

1 INTRODUÇÃO

As transformações sociais e ambientais que têm ocorrido no mundo, neste século e no século passado, principalmente, despertaram na sociedade em geral um sentimento de preservação com o meio ambiente e cuidado com problemas sociais.

Com a finalidade de expor o compromisso social das empresas para com a sociedade, é que foi criado o Balanço Social. Em 1977, a França regulamentou o Balanço Social, por meio da Lei nº 77.769 de 12 de julho, tornando sua publicação obrigatória a todas as empresas com mais de 750 empregados. A partir de então este relatório passou a ser conhecido em todo o mundo. Atualmente, as empresas com mais de 300 empregados são obrigadas pela Lei Francesa a publicarem seu balanço social anualmente.

Os dados apresentados no Balanço social, muitas vezes são extraídos de outros relatórios da própria empresa. Além disso, o Balanço Social é um instrumento de gestão, capaz de evidenciar dados contábeis, econômicos, ambientais e sociais realizados pelas empresas aos diversos usuários.

No Brasil, não existe norma que exija a publicação dessa declaração, por isso alguns órgãos, como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Estatísticas (IBASE) e o Instituto Ethos, criaram modelos que podem ser seguidos pelas empresas interessadas. Algumas empresas, no entanto, possuem seus próprios modelos.

Os órgãos regulamentadores de contabilidade no Brasil, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), também se destacam na área social e ambiental publicando seus Balanços Sociais, respeitando as Normas Contábeis, de forma ética e transparente. Dentre os CRCs, o Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRC-SC) foi um dos pioneiros na publicação desse relatório em 2001.

O CRC-SC foi criado em 1946, e desde então passou a registrar e fiscalizar a profissão contábil no Estado. Os anos que se seguiram foram de ampliação de suas ações (sociais, educacional, ambiental, econômica), destinadas aos seus colaboradores, profissionais registrados e a comunidade catarinense. A conduta ética e responsável do CRC-SC influenciou a publicação deste relatório.

Diante do exposto, o problema de pesquisa consiste na seguinte questão: Como está organizado o Balanço Social do CRC-SC, e quais as variações ocorridas desde a sua primeira publicação?

A elaboração deste trabalho se deve ao fato de que a sociedade tem cobrado o envolvimento das empresas em projetos sociais, econômicos e ambientais. A escolha pelos Balanços Sociais do CRC-SC se deve em função de ser uma organização contábil, o que pode servir como incentivo a outras instituições que tenham interesse de publicar seu Balanço Social.

O objetivo deste trabalho é analisar e comparar a organização, e as variações ocorridas nos Balanços Sociais do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, de 2001 a 2011.

2 BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social surgiu com a necessidade da contabilidade de apresentar informações de caráter econômico e social aos seus usuários. Este contexto é defendido pelo Instituto Ethos (2007):

Com a consolidação do conceito de responsabilidade social empresarial, diversos atores sociais, entre os quais organizações da sociedade civil, empresas e instituições públicas, desenvolveram métodos e padrões para avaliar os desempenhos ambiental, econômico e social das organizações, com o propósito

de contemplar a crescente demanda da sociedade por transparência, entendida como elemento fundamental para a efetivação do processo de gestão socialmente responsável. Atualmente sabe-se que o balanço social constitui-se na ferramenta que atende a tal expectativa

Tinoco e Kraemer (2004, p. 87), afirmam que o “Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários”.

Kroetz (2000) salienta que o balanço social é instrumento gerencial, que abrange dados quantitativos e qualitativos referente à administração. Além disso, serve como um instrumento de controle e auxílio à tomada de decisões, podendo demonstrar a relação da entidade com o ambiente no qual ela está inserida.

Nos últimos anos, muitas empresas sentiram a necessidade de prestar informações sobre sua relação com a sociedade. Dessa forma, o balanço social passou a ser mais utilizado.

Reis e Medeiros (2007) enfatizam que o Balanço Social é um instrumento gerencial, que busca identificar problemas e oportunidades, além de apoiar a administração, apresentando em seus relatórios os investimentos e influências das organizações de caráter social, humano e ambiental diante da sociedade.

Tentando deixar cada vez mais claro a importância dessa demonstração, que Kroetz (2000, p.79) relaciona os principais objetivos do balanço social:

- a) Relevar, conjuntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- b) Evidenciar, com indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população;
- c) Abranger o universo das interações sociais entre: clientes, fornecedores, associações, governo, acionistas, investidores, universidade e outros;
- d) Apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnológicas;
- e) Formar um banco de dados confiável para a análise e tomada de decisão dos mais diversos usuários;
- f) Ampliar o grau de confiança da sociedade na entidade;
- g) Contribuir para a implementação e manutenção de processos de qualidade, sendo a própria demonstração do Balanço Social um parâmetro para tal;
- h) Medir os impactos das informações apresentadas no Balanço Social perante a comunidade dos negócios; no amanhã da entidade; na marca/ *goodwill*, na imagem do negócio;
- i) Verificar a participação do quadro funcional no processo de gestão (fase da gestão participativa);
- j) Servir de instrumento para negociações laborais entre a direção da entidade e sindicatos ou representantes dos funcionários;
- k) Melhorar o sistema de controle interno, permitindo qualificar o ambiente organizacional, numa perspectiva de confirmar a regularidade da gestão identificada com o gerenciamento social e ecologicamente correto;

- l) Clarificar os objetivos e as políticas administrativas, julgando a administração não apenas em função do resultado econômico, mas também dos resultados sociais.

Esses objetivos devem estar muito bem apresentados nos relatórios contábeis, sejam os relativos à questão patrimonial, sejam os de cunho social. Reis e Medeiros (2007, p. 76) esclarecem que isso faz que “a demonstração contábil cumpra sua função como instrumento de divulgação transparente das ações realizadas na promoção tanto social, quanto humana e do meio ambiente”.

3 CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

O CRC-SC foi criado em 8 de dezembro de 1946, a partir do Decreto-lei nº 9.295, assinado em maio do mesmo ano, pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra. Conforme relatório do Balanço Social do CRC-SC (2009, p. 9), a entidade “tem como atribuições básicas a orientação, normatização, registro e fiscalização do exercício da profissão contábil no Estado”.

Sendo parte integrante do Sistema CFC/CRCs, com o Conselho Federal de Contabilidade e 27 Conselhos Regionais, o CRC-SC trabalha pela valorização do profissional contábil no estado, desenvolvendo projetos de educação continuada, buscando a melhoria dos serviços prestados pelos contabilistas.

A entidade trabalha com o pressuposto de que um serviço de qualidade só pode ser prestado por profissionais extremamente capacitados e com sólidos princípios éticos. Numa política de fiscalização preventiva, oferece, durante o ano (em parceria com as demais entidades contábeis), centenas de cursos, eventos e palestras em todas as regiões do Estado, atingindo tanto os pequenos como os grandes centros urbanos.

A ação do Conselho de Santa Catarina também se volta a valorização da classe contábil, por meio da concessão de prêmios aos contabilistas que se destacam na profissão e por parcerias com órgãos públicos, que visam facilitar o trabalho do profissional da contabilidade, dando-lhe maior reconhecimento (CRC-SC, 2009, p. 12).

O CRC-SC tem contribuído dessa forma com a evolução da contabilidade, pois busca capacitar os contabilistas do estado, para que possam prover informações aos seus usuários, seguindo as normas contábeis.

Em 2001, o CRC-SC publicou seu primeiro Balanço Social, sendo o pioneiro entre todos os CRCs. Desde sua primeira publicação o Balanço Social do CRC-SC, passou a ser uma peça fundamental na divulgação de todas as ações da entidade com a classe contábil de Santa Catarina, além de incentivar a responsabilidade social (CRC-SC, 2010).

É importante ressaltar o papel do profissional da Contabilidade na execução do Balanço. A Contabilidade, enquanto ciência que estuda a situação patrimonial e o desempenho econômico-financeiro das entidades possui instrumentos necessários para identificar o nível de responsabilidade social dos agentes econômicos. Nesse contexto, um balanço social só tem transparência e credibilidade se estiver efetivamente calcado na informação contábil (CRC-SC, 2008, p. 3).

É dessa forma que o CRC-SC vem se destacando dentre outras entidades afins. A publicação anual do Balanço Social vem ao encontro dos projetos que o CRC-SC possui. Cabe ressaltar ainda, que todos os demonstrativos do Balanço Social publicados pelo CRC-SC estão em “consonância com as normas Brasileiras de Contabilidade – NBCT 3.7 e NBCT 15” (CRC-SC, 2010, p. 3).

4 METODOLOGIA

Neste capítulo foram abordados os métodos e procedimentos de pesquisa utilizados ao longo do trabalho. A realização deste está condicionada a uma pesquisa descritiva, exploratória, bibliográfica, documental; qualitativa e quantitativa.

Quanto à abordagem da pesquisa, fez-se o uso da pesquisa quantitativa e qualitativa. Para Oliveira (1999, p.115), a pesquisa quantitativa, “conforme o próprio termo indica, significa quantificar opiniões, dados nas formas de coletas de informações, assim como também com o emprego de recursos e técnicas estatísticas desde as mais simples”.

Enquanto “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”, e ainda podem “contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos” (RICHARDSON, 1999 apud BEUREN, 2006, p.91).

Quanto aos resultados, destacam-se dois tipos de pesquisa: a) exploratória; b) Descritiva. Para Beuren (2006, p. 80), “a caracterização do estudo como pesquisa exploratória normalmente ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada”. Por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa. Segundo Andrade (2002, apud BEUREN 2006, p. 81), “a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles”.

Os métodos de pesquisa são do tipo bibliográfico e documental. Conforme Severino (2007, p. 122), “A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impresso, como livros, artigos, teses etc.”. Para Severino (2007, p. 122), a “pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”. Diante do exposto, buscou-se com esta pesquisa aprofundar um tema pouco explorado, usando os dados coletados nos Balanços Sociais do CRC-SC divulgados em seu site.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo foram apresentados os resultados obtidos por meio da análise dos Balanços Sociais publicados pelo CRC-SC no período de 2001 a 2011.

A análise foi dividida conforme a estrutura do Modelo de Balanço Social que o CRC-SC utiliza. Em cada tópico foram apresentados dados quantitativos da evolução dos principais indicadores com o auxílio de métodos estatísticos.

Em cada indicador são apresentados gráficos, que possibilitam maior compreensão e entendimento. Além disso, foram feitas algumas considerações diante de cada item, considerando os dados que estavam disponíveis. Algumas situações adversas que não possuíam explicações não foram consideradas nesta análise.

Cabe ressaltar que as informações apresentadas foram as que apresentaram os dados mais relevantes referentes ao CRC-SC.

5.1 INDICADORES DO RESULTADO OPERACIONAL E SOCIAL

Neste tópico foram analisados os resultados operacionais do CRC-SC entre os anos de 2001 e 2011, quando foram relatadas algumas mudanças ocorridas nesse período que influenciaram positivamente ou negativamente nos valores apresentados.

Inicialmente, foram discutidos dados referentes à Receita Operacional Líquida, e sua relação com o Déficit ou Superávit do Exercício.

O Gráfico 1 representa a evolução da Receita Operacional Líquida que é composta pela alienação de bens do imobilizado, “anuidades, emolumentos com inscrições, expedições de carteiras e certidões, publicidade, atualização monetária, multa e juros sobre créditos, multa de eleições, multa por infrações e rendimentos de aplicações financeiras” (CRC-SC, 2011b, p. 2), menos as contribuições sociais e estatutárias. Cabe ressaltar ainda que por ser uma autarquia, o CRC-SC não tem finalidade de lucro, portanto o resultado do exercício será um superávit, quando positivo, ou déficit, quando negativo.

Gráfico 1 - Indicadores do resultado operacional e social de 2001 a 2011



Fonte: CRC-SC (2002 a 2012).

Ao analisar o Gráfico 1, pode-se observar uma relação frequente entre os dois indicadores, exceto entre 2009 e 2010, quando a Receita Operacional Líquida teve um crescimento de 82,25% em relação ao ano anterior, ao passo que o crescimento do Superávit entre 2009 e 2010 ficou de 55%. O crescimento alto da receita líquida nesse período se deve à variação das Mutações Patrimoniais, que ocorreu “principalmente, em função da movimentação da dívida ativa (justificada pela intensificação de esforços por parte do CRC-SC, que resultou no aumento expressivo da cobrança desta dívida), dos parcelamentos e do Regime de Parcelamento de Débitos de Anuidades e Multas (Redam), instituídas pelo CFC” (CRC-SC, 2010, p. 54).

Cabe salientar ainda, que os valores apresentados no Balanço Social de 2010 tinham como base o enfoque patrimonial, que é o reconhecimento das receitas e das despesas pelo Regime de Competência. Em 2011, o CRC-SC publicou o seu Balanço Social, extraindo as informações do Balanço Orçamentário do CRC-SC, o que implicou queda de 51,07% da Receita Operacional Líquida, o que seria algo extraordinário. Para comparar a evolução dos indicadores, no Balanço Social de 2011, o CRC-SC inseriu as informações de 2010, também com base no Balanço Orçamentário. Igualmente houve uma grande variação nos valores do ano de 2010, por conta da movimentação da dívida ativa, que não foi contabilizado no Balanço Orçamentário daquele ano. Na Tabela 1 estão relacionados os valores que sofreram alterações com a publicação do Balanço Social de 2011.

Tabela 1 - Indicadores do resultado operacional e social.

INDICADORES DO RESULTADO OPERACIONAL E SOCIAL	2010*	2010**	2011
Demonstração do Resultado do Exercício			
Receita Operacional Bruta	16.068.829,00	7.188.355,00	8.903.374,00
(-) Contribuições Sociais e Estatutárias	-1.429.793,00	-1.429.793,00	-1.740.512,00
Receita operacional Líquida	14.639.035,00	5.758.561,00	7.162.862,00
(-) Despesas com Atividades Operacionais	-509.387,00	-509.387,00	-602.964,00
(-) Despesas com Remuneração do Pessoal	-1.919.294,00	-1.919.294,00	-2.360.880,00
(-) Despesas com Tributos e Encargos Sociais	-384.908,00	-384.908,00	-476.633,00
(-) Despesas com Benefícios Sociais à Comunidade	-745.270,00	-745.270,00	-1.260.099,00
(+/-) Outras Despesas e Receitas	-10.091.761,00	-1.571.059,00	-2.663.503,00
Superávit ou Déficit do Exercício	988.415,00	628.644,00	-201.217,00
Patrimônio Social	13.605.526,00	13.605.526,00	12.830.475,00

* Enfoque Patrimonial** Enfoque Orçamentário

Fonte: CRC-SC, 2011a, p. 66; CRC-SC, 2010, p. 55.

O que se pode verificar na Tabela 1 é um aumento da Receita Operacional Líquida de 24,39% em 2011 em relação ao ano anterior. Cabe ressaltar ainda o aumento de outras despesas e receitas no ano de 2011, que foi 69,54% maior que em 2010.

O CRC-SC (2012, p.66) destaca ainda que:

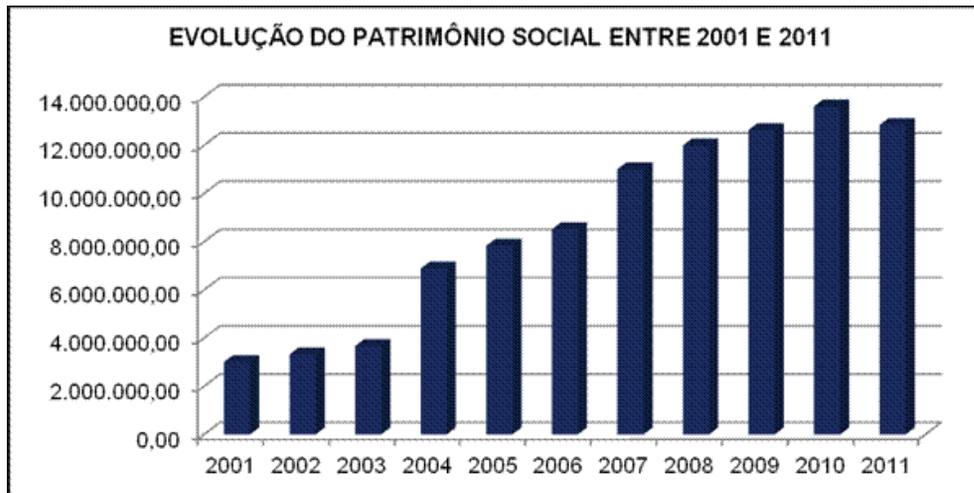
As despesas realizadas foram 2,26% maior que a Receita em 2011, resultando em um déficit orçamentário de R\$ 201.217,00. O acréscimo das despesas deve-se a utilização de parte do superávit financeiro, acumulado dos exercícios anteriores, para efetuar investimentos tais como: Reforma e manutenção do prédio, construção de uma rampa de acesso aos portadores de necessidades especiais; aquisição de mobiliário e equipamentos, bem como de veículos para renovação da frota.

A contabilidade do Terceiro Setor tem sua base na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/1976), porém algumas nomenclaturas foram alteradas. Dentre essas alterações o Patrimônio Líquido, comum a maior parte das empresas, passa a ser denominado Patrimônio Social (MARTINS, 2009). Embora a nomenclatura tenha sido alterada a fórmula continua igual:

$$\text{Patrimônio Social} = \text{ATIVO} - \text{PASSIVO (exigibilidade)}$$

O Gráfico 2, apresenta de forma mais clara a evolução do Patrimônio entre 2001 e 2011.

Gráfico 2 - Evolução do patrimônio social de 2001 a 2011



Fonte: CRC-SC (2002 a 2012).

No ano de 2004, houve um crescimento de Patrimônio Social de 87,69% em relação ao ano anterior. Esse índice foi o maior dentre os anos analisados. Isso ocorreu, pois em 2004, o CRC-SC passou a acrescentar os créditos de anuidades e multas dos escritórios e profissionais inscritos em dívida ativa, ao Resultado Patrimonial do Exercício. Caso fosse mantido o formato anterior, o superávit do exercício seria de R\$ 638.192,20, o que implicaria aumento do Patrimônio Social, nas mesmas proporções dos anos anteriores (CRC-SC, 2005).

O Patrimônio Social voltou a apresentar um crescimento alto em 2007, quando apresentou uma alta de 29,36% em relação a 2006. Esse aumento ocorreu em razão da queda de 35,5% de outras despesas. Por fim, ainda cabe ressaltar a queda de 5,7% do Patrimônio Social em 2011 em relação a 2010. Isso ocorreu por conta da contabilização de Ajuste da Dívida Ativa a Valor Recuperável. Esse procedimento está em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade, e encontra embasamento no Conselho Federal de Contabilidade.

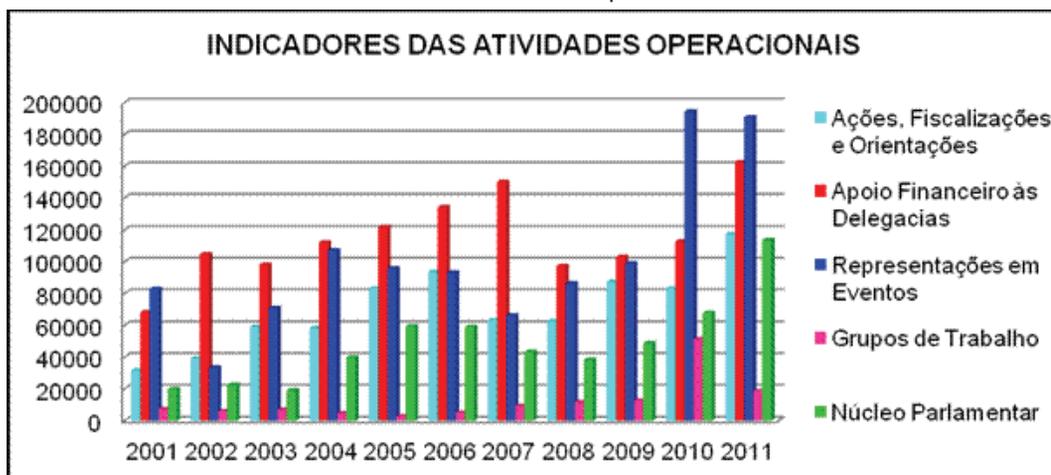
Os valores inscritos em dívida ativa, embora gozem de diversas prerrogativas jurídicas que ampliem significativamente as possibilidades de cobrança, apresentam por certo grande probabilidade de conterem em seu escopo créditos que não se realizarão. [...] Para que a contabilidade possa evidenciar com precisão e clareza o Patrimônio do Ente Público faz-se necessário que os valores a receber que apresentem significativa probabilidade de não realização, bem como os ativos que não geram os benefícios econômicos esperados, sejam ajustados a valor realizável. O ajuste deve ser feito por intermédio da utilização de uma conta redutora do ativo que esteja mensurado acima do valor provável de realização (SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL, 2009, p. 169).

O que se pode verificar nesse tópico, foi o crescimento econômico do Conselho regional de Contabilidade de Santa Catarina. Cabe salientar ainda, que o crescimento ocorreu nas mesmas proporções que o investimento do CRC-SC nas mais variadas áreas.

5.2 INDICADORES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Neste tópico, foram consideradas as informações dos indicadores operacionais. As informações sobre o registro e fiscalização, participação em eventos, apoio às delegacias, grupos de trabalho e núcleo parlamentar, compõem este tópico (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Indicadores das atividades operacionais de 2001 a 2011



Fonte: CRC-SC (2002 a 2012).

Nos últimos anos, o CRC-SC tem crescido, não apenas em termos monetários, como também em estrutura e composição. Esse crescimento pode ser notado no Gráfico 3, nos dois primeiros itens, Ações, Fiscalizações e Orientações e Apoio Financeiro às Delegacias. Em 2001, o CRC-SC contava com uma sede em Florianópolis, e 34 delegacias espalhadas pelo Estado, e fechou o ano de 2011 com 31 Delegacias, oito Macrodelegacias e Sede em Florianópolis. A Macrodelegacia é uma estrutura própria do CRC, e seus serviços são realizados por um atendente e um fiscal. Já as delegacias funcionam em empresas de serviços contábeis de propriedade dos delegados da entidade. As Delegacias e Macrodelegacias recebem auxílio do CRC-SC, conforme a necessidade de cada região. O intuito do CRC-SC é facilitar os trabalhos dos contadores, sobretudo das regiões mais afastadas da Sede, buscando oferecer cada vez mais serviços em suas Delegacias e Macrodelegacias. Para tanto, o CRC-SC tem investido forte nessas instituições. Nesse período, houve um crescimento de 137,89%, com algumas variações. No ano de 2008, houve uma queda de 35% desse auxílio. O crescimento das delegacias e o apoio do CRC-SC para o desenvolvimento da profissão contábil fez que o número de Contadores, Técnicos Contábeis, Escritórios Individuais e Organizações Registrados também crescesse neste período.

Desde 2001, ano inicial dessa análise, o CRC-SC possui um Conselho de Fiscalização, que é o responsável por proporcionar à sociedade um rol de profissionais contábeis competentes e qualificados. Para tanto, é preciso investir. O crescimento das delegacias, e também de profissionais, e instituições contábeis em todo o Estado propiciou um crescimento desse investimento de 270,88% em 2011 se comparado com o ano de 2001. Foi um crescimento contínuo, porém com alguns declives como em 2007, que apresentou uma queda de 43%. O pico desse investimento ocorreu em 2011, chegando a um valor de R\$117.231,00. Esse valor se deve muito pela política que o CRC-SC passou a adotar a partir de 2011. Com o intuito de conscientizar os profissionais da área para as mudanças da profissão, o CRC-SC buscou enfatizar sua proposta de trabalho com o agir preventivo, oferecendo em várias cidades projetos da Educação Continuada.

A necessidade de se adequar às normas internacionais de contabilidade, os órgãos responsáveis por este setor no Brasil tem investido cada vez mais em eventos. Seminários, Congressos, Palestras, Cursos, Campanhas entre outros têm se tornado cada vez mais frequentes.

O CRC-SC, um dos órgãos responsáveis pela contabilidade em Santa Catarina, também aderiu a essa prática, e esse crescimento no investimento destinado a eventos pode ser notado em valores. O Gráfico 4, representa a evolução desse investimento por parte do CRC-SC.

Gráfico 4 - Evolução do investimento com representações em eventos de 2001 a 2011



Fonte: CRC-SC (2002 a 2012).

Entre 2001 e 2009, o CRC-SC não tinha um investimento padrão. O valor variava conforme o ano. Isso fica nítido entre os anos de 2001 e 2004. O investimento entre 2001 e 2002 teve uma queda de 59,55%, e em 2004, ocorreu um incremento de 29,07% a mais que em 2001. O auge desse investimento ocorreu em 2010, quando o CRC-SC investiu R\$ 194.431,00. Esse crescimento pode ser explicado pelas mudanças dos procedimentos contábeis, que obrigou o CFC/CRCs a investirem em capacitação e educação continuada.

O Grupo de Trabalho é o indicador com menor participação nos Indicadores de Atividades Operacionais. Os Grupos de Trabalho. O CRC-SC fechou o ano de 2011, com um investimento de R\$18.758,00. Os grupos de trabalho servem para discutir questões relacionadas à contabilidade. São reunidos alguns contabilistas e nessas reuniões eles discutem questões pontuais, que precisam ser esclarecidas.

O Núcleo Parlamentar também apresentou um grande crescimento entre o período analisado. No ano de 2011 ocorreu o maior investimento nesse indicador, em relação ao período analisado, foram gastos R\$113.624,00. Em relação ao total de indicadores das atividades operacionais, 2011 também apresentou o maior índice, de 19%. Em 2003 houve o menor percentual, de apenas 7%.

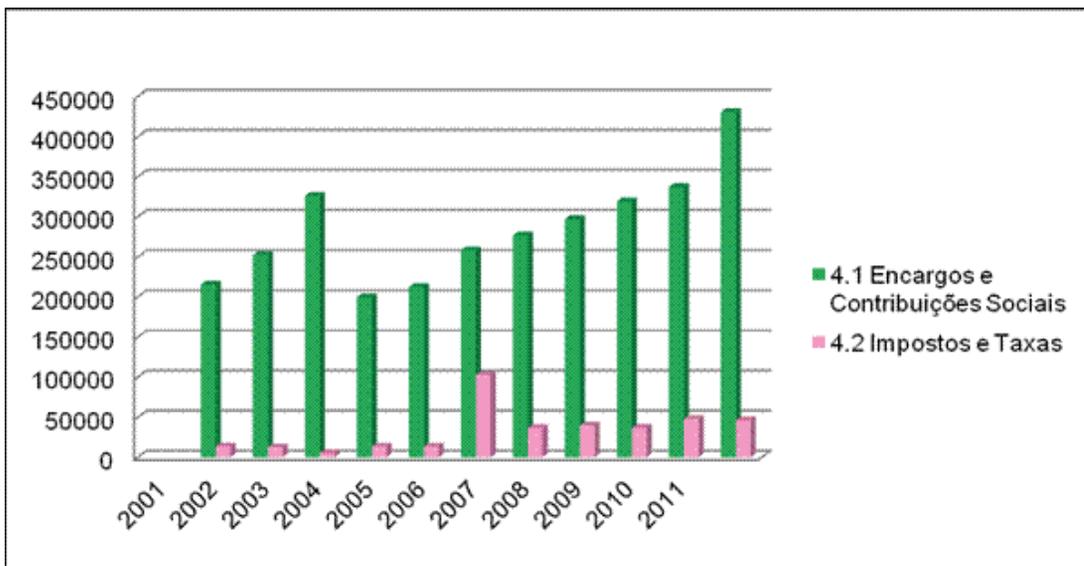
Ao comparar o período de 2001 a 2011, o primeiro e o último ano analisado, os gastos com Indicadores de Atividades Operacionais, embora tenham sido maiores em valores, apresentaram uma queda em termos percentuais, com base na receita líquida. Em 2001, os gastos com esse indicador representavam 9,06% da receita líquida, e em 2011, os gastos foram de 8,42% considerando a mesma base. Houve uma queda de 0,64% (Gráfico 4).

5.3 INDICADORES DE TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS

Este tópico se refere aos indicadores de tributos e encargos sociais. Os indicadores tributários são divulgados no Balanço Social desde a sua primeira edição, em 2001.

Esse indicador é composto por dois subitens: encargos e contribuições sociais; impostos e taxas. Desses dois, a maior parcela de arrecadação se concentra no primeiro, conforme representa o Gráfico 5.

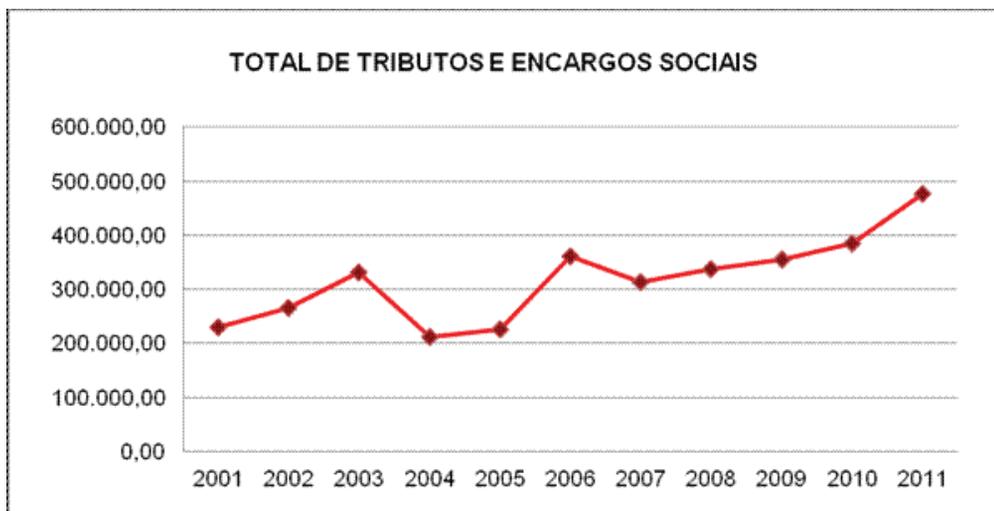
Gráfico 5 - Indicadores de tributos e encargos sociais de 2001 a 2011



Fonte: CRC-SC (2002 a 2012).

O Quadro 6 apresenta a evolução total de tributos e encargos sociais no período analisado. Numa concepção geral, esse indicador não apresentou muitas variações, mantendo-se numa média de arrecadação de R\$ 330.258,09 (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Total de tributos e encargos sociais de 2001 a 2011



Fonte: CRC-SC (2002 a 2012).

Conforme é demonstrado no Gráfico 6, a maior variação ocorreu entre 2003 e 2004, por causa da publicação da norma NBC TG 09 (A Resolução CFC n.º 1.329/11 alterou a sigla e a numeração desta Norma de NBC T 3.7 para NBC TG 09), do Conselho Federal de Contabilidade. Os encargos com FGTS anteriormente somados a esse Indicador passou fazer parte dos Indicadores Pessoais. A queda neste período (2003-2004) chegou a 35,88%, considerando o valor total de tributos

arrecadados. Cabe ressaltar, que o valor dos tributos arrecadados em 2004 foi alterado no Balanço Social referente ao ano de 2005, sendo que este valor foi considerado o correto.

Após essa alteração, apenas entre 2010 e 2011 houve um crescimento considerado alto de arrecadação de tributos, que passou de 384.908,00 em 2010 para 476.632,00 em 2011. O aumento dos valores acompanhou o aumento da receita líquida, porém cabe ressaltar que em termos percentuais sobre a receita líquida, houve uma queda de 0,03% em 2011 se comparado com o ano anterior. Em 2010, a arrecadação de tributos sobre a receita líquida foi de 6,68%, e em 2011 de 6,65% (Gráfico 6).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da responsabilidade social no mundo, bem como a adesão das empresas a métodos socialmente responsáveis, influenciou o surgimento do Balanço Social. Este relatório, obrigatório em alguns países, se tornou um aliado das empresas na divulgação de seus projetos sociais, econômicos e ambientais.

O CRC-SC foi um dos primeiros órgãos contábeis no Brasil a divulgar seu Balanço Social. Esta publicação tornou-se inspiração para outros conselhos e, especialmente, para as empresas.

Este estudo teve como objetivo geral, a análise da organização e das variações ocorridas nos balanços sociais publicados pelo CRC-SC entre 2001 e 2011. Ao longo dos anos, o CRC-SC tem publicado esse relatório de forma clara e concisa. A estrutura do Balanço Social não sofreu alterações, apenas o relatório social que engloba o balanço social, e contém as informações mais detalhadas. Houve algumas alterações na legislação, e o CRC-SC buscou atender a todas.

A legislação não foi a principal motivo das variações ocorridas. Ao longo dos anos, Santa Catarina viu seu leque de contadores crescerem muito. Dessa forma, o CRC-SC passou a contar com novos afiliados, e sentiu essa mudança no aumento das receitas, das despesas e investimentos.

No item “Indicadores do Resultado Operacional e Social”, pode-se observar o crescimento econômico do CRC-SC, bem como o crescimento dos investimentos na sua estrutura desde 2001. Entretanto, em Indicadores das Atividades Operacionais, ocorreu a evolução dos investimentos nas delegacias, eventos e ações de fiscalização. Com a ajuda dos métodos estatísticos comprovou-se o crescimento do investimento nessas ações. Isso tem se tornado um ponto forte do CRC-SC, em razão do poder de prevenir, na questão da fiscalização. Além, de poder levar informações cada vez mais perto dos contadores do Estado, por meio de suas delegacias e macrodelegacias.

Analisando todos esses indicadores, conclui-se que o CRC-SC apresenta um crescimento acelerado, e tem investido em várias áreas, a fim de atender os contadores do Estado. O aumento dos investimentos, despesas e receitas tornam mais evidentes o crescimento da profissão contábil no estado de Santa Catarina. O CRC-SC, procura a cada ano acrescentar informações precisas em seu relatório social, buscando tornar o Balanço Social cada vez mais compreensível.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 12 ago. 2012.

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 1.138 de 2008. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001138>. Acesso em: 04 ago. 2012.

- CRC-SC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. **Balanco Social 2001**. Florianópolis: CRCSC, 2002.
- CRC-SC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. **Balanco Social 2002**. Florianópolis: CRCSC, 2003.
- CRC-SC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. **Balanco Social 2003**. Florianópolis: CRCSC, 2004.
- CRC-SC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. **Balanco Social 2004**. Florianópolis: CRCSC, 2005.
- CRC-SC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. **Balanco Social 2005**. Florianópolis: CRCSC, 2006.
- CRC-SC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. **Balanco Social 2006**. Florianópolis: CRCSC, 2007.
- CRC-SC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. **Balanco Social 2007**. Florianópolis: CRCSC, 2008.
- CRC-SC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. **Balanco Social 2008**. Florianópolis: CRCSC, 2009.
- CRC-SC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. **Balanco Social 2009**: os novos horizontes de uma classe guiada pelo conhecimento. Florianópolis: CRCSC, 2010.
- CRC-SC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. **Balanco Social 2010**: a contabilidade que todo mundo vê. Florianópolis: CRCSC, 2011 (a).
- CRC-SC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. **Notas explicativas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2011**. Florianópolis: CRCSC, 2011. Disponível em: <http://www.crcsc.org.br/arquivosSGC/BALANCO_20120329093432Notas20Explicativas202011.pdf> (b). Acesso em: 10 out. 2012.
- CRC-SC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. **Balanco Social 2011**: semeando a responsabilidade social. Florianópolis: CRCSC, 2012.
- INSTITUTO ETHOS. **Guia de elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade 2007**. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/GuiaBalanco2007_PORTUGUES.pdf>. Acesso em: 13 maio. 2012.
- KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanco social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.
- MARTINS, Orleans. **Contabilidade no terceiro setor**. XXIII ENECIC – Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Contábeis. Campina Grande, 2009.
- OLIVEIRA, Silvio L. de. **Tratado de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade social das empresas e balanço social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social**. São Paulo: Atlas, 2007.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

